



CARTA IBGE



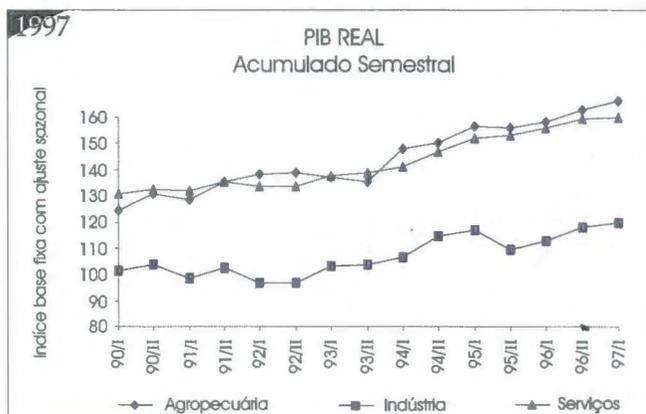
Economia brasileira cresceu 4,34% no primeiro semestre

O Produto Interno Bruto - PIB cresceu 4,96% no segundo trimestre deste ano, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Ao contrário do trimestre anterior, esta variação ocorreu frente a uma base de comparação já não tão deprimida. Este aumento reflete uma mudança na tendência de estabilidade esboçada desde o terceiro trimestre de 96. Contudo, alguns indicadores econômicos apresentados (vendas do comércio, índices de inadimplência, rendimento etc.) não permitem uma conclusão precisa a respeito da continuidade ou não dessa inflexão. Na série com ajuste sazonal, a variação do PIB em relação ao trimestre imediatamente anterior foi de 3,29%. Em relação a igual trimestre de 96, todos os subsetores apresentaram desempenho positivo, com destaque para extrativa mineral (10,28%), pecuária animal (8,57%), transformação (6,52%), construção (8,71%), comércio (7,79%) e transporte (7,27%).

A observação desagregada do PIB aponta resultado positivo para a quase totalidade dos subsetores em relação ao 1º trimestre do ano, destacando-se construção (7,07%), extrativa mineral (6,37%), comércio (8,01%) e transporte (4,39%).

Na comparação com o mesmo período de 96, o crescimento do PIB foi de 4,34%, refletindo acréscimos na maioria dos subsetores. Os mais significativos foram para extrativa mineral (8,35%), produção animal (6,98%), transformação (5,64%), construção (8,29%), serviço público (7,14%) e transporte (5,76%). Alguns subsetores, como comunicações (0,29%) e outros serviços (0,67%), mantiveram-se praticamente estáveis. A análise do acumulado semestral do PIB mostra tendência de crescimento contínua a partir do segundo semestre de 92, porém, com diferentes ritmos. Este intervalo pode ser dividido em quatro períodos: o primeiro vai do segundo semestre de 92 até o primeiro semestre de 94 (fase imediatamente anterior ao Plano Real); o período seguinte avança até o primeiro semestre de 95, com aumento no ritmo de crescimento em relação ao anterior; o terceiro segmento se estende até o primeiro semestre de 96, onde observa-se o reflexo das medidas governamentais adotadas no primeiro trimestre de 95 na diminuição da taxa

de crescimento e o último, até o momento, caracterizado por novo aumento nesta taxa, que, no entanto, vem apresentando dinâmica de crescimento menor que a observada em 95. Quanto à evolução dos setores, a taxa acumulada semestral comparada com o primeiro semestre de 96 mostra avanço da indústria (6,29%), seguida de agropecuária (5,19%) e serviços (2,42%). Pode-se notar um crescimento uniforme no desempenho de serviços. A indústria, com evolução mais irregular, vem apresentando sinais de melhor desempenho. Ressalta-se que o crescimento da indústria de transformação, sustentado pelo setor dos bens de consumo duráveis, apresentou, no último trimestre, indicações de mudança neste quadro, com o crescimento do setor de bens de capital.



A taxa anualizada do PIB, que nesse trimestre representa o desempenho da economia no terceiro ano do Real, é de 5,12%. A indústria foi o setor que apresentou o maior crescimento, com taxa de 7,3%, seguida pela agropecuária (5,8%) e serviços (3,09%). Destaque para os subsetores extrativa mineral (7,49%), transformação (6,79%), pecuária (6,13%), construção (10,15%), serviço industriais de utilidade pública (7,17%) e comércio (7,02%).

Nos três anos do Real, o PIB - considerando a série base fixa com ajuste sazonal - acumulou expansão de 14,69%. O setor dos serviços (15,78%) foi o de maior desempenho, seguido pela indústria (13,83%) e agropecuária (13,66%).

Inflação fica abaixo de 5% no terceiro ano do real

A inflação de julho medida pelo INPC (0,18%) completa a série que mede, verdadeiramente, a inflação de três anos do real, pois o acumulado de agosto de 94 a julho de 97, de 52,77%, é obtido a partir de preços observados após a vigência do plano.

A evolução decrescente dos índices torna-se evidente na observação das variações médias de preços, no período: 26,84% no primeiro ano, 14,87% no segundo e 4,85% no terceiro.

Nos três anos, Alimentos e Bebidas (23,12%) e Vestuário (15,07%) contribuíram fortemente para conter a inflação. Em sentido contrário, os destaques são: Habitação (332,06%), Comunicações (250,44%), Serviços Pessoais (110,89%), Consultas Médicas e dentistas (106,97%), Serviços Médicos (96,86%), Educação (76,98%), Transporte Público (74,16%) e Energia Elétrica (60,54%).

Isto porque os aluguéis, face à natureza distinta do processo de formação dos preços, teve um adesão mais lenta ao novo contexto inflacionário. O mesmo aconteceu com a prestação de serviços em geral, onde as regras de concorrência são também muito específicas e a fidelidade do consumidor ao prestador de serviço de sua preferência fez com esses profissionais pudessem sustentar, por um tempo, reajustes de preços muito acima da inflação média observada para outros itens. Além disso, observa-se o impacto do ajuste nos preços de tarifas públicas.

**VARIAÇÃO (%) ACUMULADA - INPC
AGOSTO DE 1994 A JULHO DE 1997**

ÍNDICE GERAL E GRUPO	VARIAÇÃO (%)			
	Ago94/Jul95	Ago95/Jul96	Ago96/Jul97	Ago94/Jul97
Índice Geral	26,84	14,87	4,85	52,77
Alimentação e Bebidas	15,40	7,98	-1,20	23,12
Habitação	71,49	47,93	15,55	193,15
Artigos de Residência	29,14	-0,02	-0,94	27,90
Vestuário	19,14	-4,24	0,86	15,07
Transporte e Comunicação	20,00	22,36	13,54	66,73
Saúde e Cuidados Pessoais	23,02	16,83	8,30	55,64
Despesas Pessoais	39,69	15,79	1,06	63,47

No que se refere às 11 regiões pesquisadas, foi de São Paulo (68,39%) o maior acumulado nos três anos, ficando os menores resultados com Fortaleza (40,19%) e Belém (40,39%).

De junho para julho, o INPC caiu de 0,35% para 0,18%. A taxa de doze meses (4,85%) foi a menor taxa anual registrada pelo INPC desde o início da série, em 1979.

Transporte público foi o item que obteve o maior resultado em julho (2,53%), decorrente dos aumentos nos preços das passagens de ônibus no Rio e em Salvador. Em Alimentação e Bebidas diversos produtos apontaram taxas negativas, resultando em -0,57%. As variações mais significativas ficaram por conta de tubérculos, raízes e legumes (-14,71%), hortaliças e verduras (-4,64%), frutas (-3,90%) e pescado (-2,77%). No cálculo do INPC foi observada deflação em Belo Horizonte (-0,08), Recife (-0,37), Belém (-0,18) e Fortaleza (-0,26), em geral motivada pelas quedas de preços de alimentos e por variações menores nos aluguéis residenciais.

Vale destacar que a deflação tal como foi observada é fenômeno esperado em economias em processo de ajuste, onde os preços relativos se encontram em pleno processo de acomodação, como é o caso do Brasil. Exemplificando: o recente aumento em tarifas públicas importantes, sem o correspondente acréscimo nos recebimentos implica em menor volume de dinheiro dirigido ao consumo, gerando a redução de preços ou reajustes menores para outros produtos.

A ressaltar ainda o fato de que, desde agosto do ano passado, o INPC mensal é inferior a 1% (o maior foi 0,81%, em janeiro/97, e o menor, 0,02% em setembro/96).

A inflação do IPCA também caiu entre junho e julho, de 0,54% para 0,22%. Nos últimos doze meses a taxa baixou para 6,08%, contra os 7,02% do mês anterior. Por grupo, a exemplo do que aconteceu no INPC, o maior resultado foi o de Transporte e Comunicação (0,84%), e o menor a deflação de -0,52% em Alimentação e Bebidas.

Dados de junho fazem prever safra de 77,201 milhões de toneladas para 97

O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola realizado pelo IBGE, em junho, destaca as variações nas estimativas de produção de quatro produtos, em relação a maio: algodão herbáceo (-7,89%), café em coco (-3,22%), milho 2ª safra (6,77%) e trigo (11,01%). Para o algodão herbáceo, a variação entre junho e maio deveu-se a ajustes nos dados do Rio Grande do Norte e da Bahia. Quanto ao café, a redução em relação ao mês anterior decorre de novos ajustes na estimativa de Minas Gerais. No caso do milho 2ª safra, o aumento na produção resulta da melhoria da produtividade, favorecida principalmente pelas condições climáticas, na Bahia e em Mato Grosso do Sul. Finalmente, o ajuste na estimativa da produção de trigo provém de novos cultivos detectados nos estados do Paraná e de Goiás, apesar do baixo padrão tecnológico constatado para a maioria dessas lavouras.

A produção total estimada de cereais, leguminosas e oleaginosas deverá alcançar 77,201 milhões de toneladas, 5,39% superior à obtida em 1996, quando foram produzidas 73,249 milhões de toneladas. Na região Centro-Sul e em Rondônia, responsáveis por aproximadamente 88,0% da produção total, houve um incremento de 5,94%. Já nas Regiões Norte (exceto Rondônia) e Nordeste, responsáveis por 12,0% da produção nacional, registrou-se um crescimento de 1,13% em relação à safra anterior.

Comparada à produção obtida em 96, a situação das lavouras apresentou variação positiva nas estimativas de produção, em junho, para dez dos dezessete produtos analisados: batata-inglesa 1ª safra (0,69%), cacau em amêndoa (9,94%), cana-de-açúcar (1,20%), feijão em grão 1ª safra (10,21%), feijão em grão 2ª safra (6,26%), feijão em grão 3ª safra (16,24%), mandioca (3,21%), milho em grão 1ª safra (7,34%), milho em grão 2ª safra (10,14%) e soja (9,75%). Os demais registraram variação negativa: algodão herbáceo em caroço (-15,45%), arroz em casca (-7,59%), batata-inglesa 2ª safra (-0,18%), café em coco (-6,42%), cebola (-7,01%), laranja (-0,11%) e trigo (-11,67%).

Excetuando-se o algodão herbáceo, os demais produtos da safra de verão da região Centro-Sul encontram-se colhidos. O milho 2ª safra, o feijão 3ª safra e os produtos típicos de inverno, onde se destaca o trigo como cultura principal, ainda não tiveram suas colheitas concluídas. As variações nas estimativas dos produtos da safra de verão, decorrem de pequenos ajustes verificados nos acompanhamentos de campo.

A produção de algodão herbáceo em caroço (834.055 toneladas) ficou 15,45% inferior à obtida em 96, devido à grande retração da área plantada. O alto custo da produção, exigências bancárias para o acesso ao crédito de custeio e, principalmente, a concorrência do produto importado estão desestimulando os cotonicultores.

Para o milho 2ª safra, é esperada uma produção da ordem de 4 milhões de toneladas, superior 10,14% à colhida no ano anterior. Apesar das carências de chuvas nessa estação do ano, a produção vem aumentando de ano para ano, mostrando interesse dos produtores pela cultura, que dispensa manejo mais apurado, quando comparado com o milho de 1ª safra.

Com relação ao trigo, espera-se para 97 uma produção de 2,9 milhões de toneladas, 11,67% menor que a do ano anterior, tendo como principal motivo a instabilidade dos preços na safra passada. No Sul, onde se concentra a produção, houve queda nas estimativas de todos os estados: Paraná (-10,50%), Santa Catarina (-17,76%) e Rio Grande do Sul (-11,70%).

Santa Catarina já conta com um projeto para gerenciamento costeiro

Santa Catarina largou na frente e é o primeiro estado a dispor de um instrumento eficiente para orientar as ações relativas às questões ambientais, em áreas costeiras. Resultado de um contrato entre o IBGE e o governo estadual catarinense, representado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, o Diagnóstico Ambiental do Litoral de Santa Catarina analisou uma ampla diversidade de ambientes, numa extensão de 531 km. Por determinação da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que, inclusive, repassa os recursos necessários para a sua viabilização, cabe aos governos dos estados o desenvolvimento do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Para dar mais agilidade à divulgação dos resultados, foi feita a entrega das análises referentes à primeira etapa, que corresponde aos trechos litorâneos sul e centro, englobando 18 municípios.

No total, o estudo elaborado pelo Departamento de Geografia do IBGE considerou uma superfície de 9.259 km², cortados por 34 municípios que abrigavam, segundo o Censo 91, quase 1,5 milhão de pessoas. Isto representa 32% da população do estado, dos quais 89% ocupam a zona urbana. Segundo a Contagem 96, a população nesses 34 municípios era de 1.611.281 pessoas. Desse total, mais de 40% residem em Florianópolis e Joinville.

O litoral catarinense, cujo trecho corresponde a 7,2% da costa brasileira, está incluído nos segmentos litorâneos denominados Estuários e Lagunas, e abrangem uma ampla diversidade e complexidade de ambientes. Em sua maior parte, revelam características vulneráveis quer pela acentuada dinâmica presente em muitos destes ambientes - especialmente os das áreas sedimentares recentes - quer pelo grau de dissecação e declividade das vertentes ou pelas frágeis constituições litológicas e/ou granulométricas, que dizem respeito à composição e estrutura das rochas.

Estudo permite retratar qualidade de vida na região

Nos anos 70, o adensamento dos núcleos urbanos é acelerado com a expansão do sistema rodoviário, que, ao facilitar a ligação entre as diferentes regiões do estado, propicia os fluxos migratórios oriundos do interior e de municípios costeiros; sem expressão econômica, em direção aos novos pólos de atração. Este processo se intensifica nos

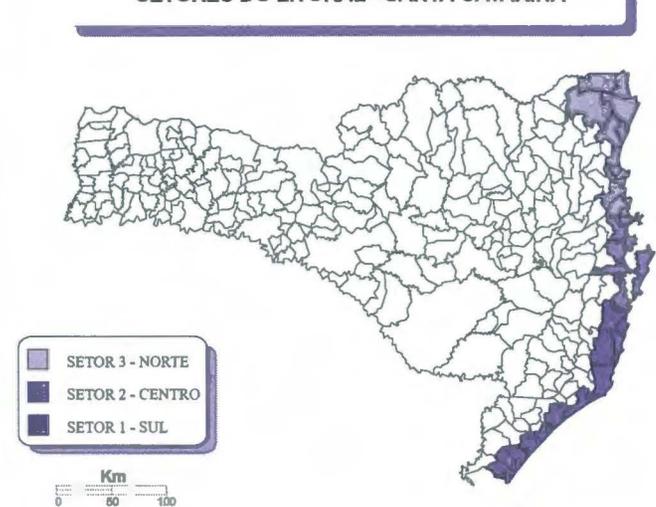
anos 80, com a explosão do turismo e a conseqüente difusão dos balneários, fatores que alteraram profundamente a estrutura espacial e econômica da zona costeira, com sérios impactos ambientais, muitos de caráter irreversível.

A expansão dos espaços urbanos, a precariedade da infraestrutura e o uso inadequado do solo têm gerado situações problemáticas que afetaram os ambientes costeiros e a qualidade de vida das populações.

Áreas classificadas segundo a qualidade ambiental

Foram identificadas quatro classes de qualidade ambiental: Boa, Média, Ruim e Crítica. E ao contrário do que se imaginava, observou-se uma predominância de espaços que se enquadram na classe de Qualidade Boa. Grande parte dessas áreas está localizada no geossistema Serras do Leste Catarinense, onde o uso das terras é dificultado pelo relevo dissecado e de forte declividade. Ainda na classe Boa são encontradas planícies lagunares e marinhas que, embora apresentem vulnerabilidade alta, mantêm-se equilibradas devido a um tipo de uso compatível, como por exemplo as pastagens utilizadas pela pecuária.

SETORES DO LITORAL - SANTA CATARINA



Já as classes Ruim e Crítica foram encontradas em áreas do quaternário, notadamente as planícies eólicas que, sob formas de ocupação mais impactantes, como balneários e lavouras de arroz e fumo, sofrem vários danos ambientais. Nesse conjunto, destacaram-se as seguintes situações ambientais: a borda leste das lagoas Santo Antônio e Mirim, abrangendo as áreas urbanas de Imbituba e Laguna; as áreas de expansão urbana do aglomerado de Florianópolis e os ambientes frágeis como mangues, dunas e vertentes da alta declividade da Ilha de Santa Catarina, e ainda as áreas que sofrem impactos por serem cortadas pela rodovia BR - 101.

Chama-se a atenção para a necessidade de proteção dos diferentes ambientes litorâneos, especialmente devido à ameaça que sofrem pelo ritmo e voracidade dos processos socioeconômicos que atuam na área.

Impasses na gestão do território

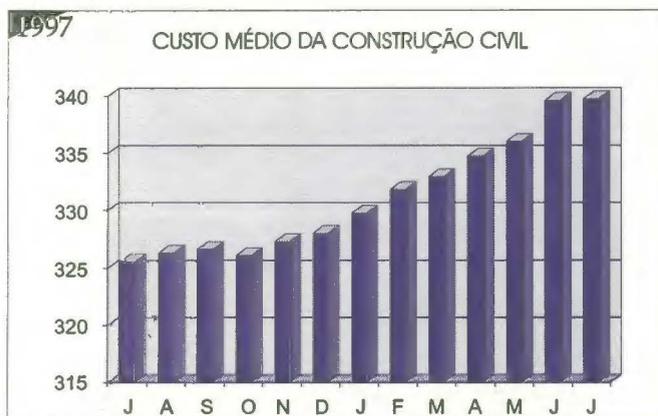
Foram ainda levados para discussão os problemas que constituem sérios impasses à gestão, por sua alta complexidade: eliminação do lixo; uso de agrotóxicos na agricultura; impactos da expansão do turismo; quadro mais acentuado de problemas em Florianópolis; necessidade de fiscalização e leis reguladoras específicas e a questão da gestão dos recursos hídricos.

As análises do Diagnóstico Ambiental do Litoral de Santa Catarina são apresentadas em um sumário técnico, mapas de Sistemas naturais, Vulnerabilidade e Qualidade Ambiental, na escala de 1: 1000.000, além dos volumes "Caracterização Socioeconômica do Litoral de Santa Catarina" e "Domínio da Sociedade: Problemas Socioeconômicos - Setores 1 e 2".

A preocupação com a necessidade de se investir na busca de soluções para os problemas apontados fez com que o projeto avançasse mais em termos de planejamento. Além da produção de um conjunto de informações úteis à compreensão das questões ambientais, procurou-se também oferecer instrumentos de gestão para subsidiar a ação do poder público, de forma sistematizada.

Custo da construção civil subiu 4,37% em doze meses

Com os R\$ 339,75 registrados em julho, a variação do custo nacional do metro quadrado da construção civil, nos últimos 12 meses, ficou-se pelos 4,37%. Em 97, o metro quadrado da construção civil acumula uma alta de 3,59% e, em relação a junho, mantém-se praticamente estável, variando apenas 0,04%. Na composição do custo, enquanto os materiais de construção variaram apenas 1,80%, nos últimos 12 meses, passando a custar em julho R\$ 211,18, o custo da mão-de-obra subiu, no mesmo período, 8,89% (R\$ 128,57 em julho). No acumulado do ano, o custo dos materiais acumulam alta de 2,47% e apresentam deflação (-0,26%) em relação a junho. Já o valor da mão-de-obra, já acumula alta de 5,47% em 97 e, de junho para julho, subiu 0,54%.



A Região Sudeste, que apresentou em junho a maior alta mensal, apresenta agora um retrocesso, sendo a única a registrar deflação em julho (-0,44%). Mesmo assim, apresenta um custo médio por metro quadrado de R\$ 348,05, o terceiro maior do País. O resultado foi fortemente influenciado pela deflação de São Paulo (-0,88%). Em 97, a região acumula alta de 4,99% - a maior do País - e, nos últimos 12 meses, de 4,88%. A maior alta anual, no entanto, ocorre na Região Norte (5,97%), com o custo médio passando para R\$ 381,19, o mais alto do país. A menor variação anual é a do Sul (2,23% para R\$ 348,50%) e a menor alta acumulada em 97 é a do Nordeste (2,20% para R\$ 316,14%). A Região Centro-Oeste apresenta variação anual de 5,29%, com o custo passando para R\$ 319,93, em julho.

Por estado, a maior variação nos últimos 12 meses foi a de Rondônia (8,17% para R\$ 353,52), seguida de Tocantins (7,68% para R\$ 375,90), do Amazonas (7,60% para R\$ 401,72),

da Paraíba (7,44% para R\$ 340,11) e Piauí (7,39% para R\$ 302,36). Os custos médios mais elevados são os de Roraima (R\$ 483,71), Amazonas, São Paulo (R\$ 380,88), Pará (R\$ 379,26) e Tocantins. Os mais baixos são o do Espírito Santo (R\$ 261,04), Minas Gerais (R\$ 279,77), Pernambuco (R\$ 283,33), Sergipe (R\$ 287,33) e Piauí.

O SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - foi implantado pelo BNH, em 1969. Os resultados são produzidos mensalmente pelo IBGE e a manutenção das suas bases técnica de engenharia, cadastral de coleta e métodos de produção é uma competência conjunta do IBGE e da Caixa Econômica Federal (CEF).

Taxa média de desemprego fica em 5,74% no primeiro semestre

Em junho, a população economicamente ativa (PEA) caiu ligeiramente em relação ao mês anterior, o que é explicado pela redução do número de pessoas ocupadas. O número de pessoas desocupadas ou procurando trabalho também aumentou ligeiramente. Com isso, a taxa média de desemprego aberto passou de 6% para 6,09%.

No primeiro semestre deste ano a população ocupada cresceu 1%, contra igual período do ano passado, resultado do acréscimo do número de pessoas trabalhando nos setores de serviços e do comércio e, segundo a posição na ocupação, do número de empregados sem carteira assinada e de trabalhadores por conta própria. A média de desemprego aberto foi de 5,74%, situando-se abaixo dos 5,86% observados no primeiro semestre de 96.

O rendimento médio nominal das pessoas ocupadas, referente a maio, foi de R\$ 666,70. Deflacionado pelo INPC, o rendimento cresceu em relação a maio (quase 2,5%) frente ao mesmo mês do ano passado (2,2%).

De maio para junho deste ano, o número de pessoas trabalhando cresceu apenas em Salvador, manteve-se estável em Porto Alegre e apresentou variações negativas nas demais regiões. Nas seis regiões metropolitanas pesquisadas, o número de pessoas trabalhando na indústria de transformação caiu 1,5%. Na construção civil, no comércio e no setor de serviços, ocorreram ligeiras variações. O número de empregados com carteira assinada cresceu 0,6%, o de empregadores caiu 2,8% e o de empregados sem carteira e de pessoas que trabalham por conta própria declinou quase 1%.

O rendimento médio real das pessoas ocupadas aumentou 2,5%. Por setor de atividade, os resultados foram: indústria de transformação (aproximadamente 5%), comércio (4%), serviços (1,6%) e construção civil (-4,3%). O rendimento das pessoas que trabalham por conta própria aumentou 3,5%, o dos empregados com carteira assinada, 2,1% e o dos empregados sem carteira, 1,8%.

No confronto junho 96/junho 97, o número de pessoas trabalhando se manteve estável. São Paulo, Recife e Salvador apresentaram estabilidade, enquanto Porto Alegre (1,7%) e Belo Horizonte (0,6%) apresentaram variações positivas. A única variação negativa ocorreu no Rio de Janeiro (-0,7%). O número de pessoas trabalhando superou o do ano anterior no comércio (2,3%) e em serviços (1,4%). Já a indústria de transformação (-3,8%) e a construção civil (-3,2%) informaram quedas. O número de empregados com carteira assinada aumentou 1,1%. Para os empregadores (-2,9%) e pessoas trabalhando por conta própria (-0,8%) houve redução, ficando estável o número de empregados sem carteira.

A taxa média de desemprego aberto não apresentou variação significativa no conjunto das seis regiões, mas aumentou em Recife, em Belo Horizonte e em Salvador.

O rendimento médio real das pessoas ocupadas aumentou 2,3% em maio deste ano, na comparação com maio de 96. Para o setor da construção civil, o acréscimo foi de quase 9%. Entre as categorias de ocupação, destaque para os empregados sem carteira assinada, cujo rendimento subiu 3,8%.

Situação dos jovens no mercado de trabalho em abril deste ano

Um estudo especial da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) revelou a situação dos jovens de 10 a 24 anos de idade no mercado de trabalho no conjunto das seis maiores regiões metropolitanas do País (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre). Os dados, referentes a abril deste ano, permitiu estimar em 12.021.828 o número de pessoas nesta faixa de idade. Deste contingente, 34,8% compõem a mão-de-obra jovem disponível para o trabalho. O percentual de ocupados estava em 30,5%, sendo 14,8% em serviços, 6% no comércio, 6% na indústria da transformação, 1,8% na construção civil e 1,9% em outras atividades.

Quanto à posição na ocupação, foram encontrados 15,4% com carteira de trabalho assinada, 10,9% sem carteira, 3,3% por conta própria e 0,4% em outros tipos de posição. Na faixa compreendida entre 10 e 14 anos, para uma população ocupada de 114.581 jovens, 76.115 estavam empregados sem carteira assinada. Ainda nesta faixa, 21,1% eram ocupados sem rendimentos e 31,5% obtinham rendimentos inferiores a um salário mínimo. Já no grupo situado entre 20 e 24 anos de idade, o percentual de pessoas trabalhando sem rendimentos cai para 5,5% e o de ocupados com rendimentos menores que o mínimo, para 4,4%.

Em média, o rendimento mensal dos jovens ocupados estava em 1,2 salários mínimos para o grupo de 10 a 14 anos de idade, aumentando para 1,6% na faixa seguinte, que vai dos 15 aos 17 anos. Sobem para 2,3 salários no grupo etário de 18 a 19 anos e chega a 3,3 salários mínimos na faixa que vai dos 20 aos 24 anos de idade. No contingente total de jovens (população de 10 a 24 anos) estimado nessas seis regiões metropolitanas, 4,3% estavam, efetivamente, à procura de trabalho.

Desempenho do comércio em junho foi o pior do semestre

A situação do comércio varejista da região metropolitana do Rio de Janeiro se agravou, em junho, quando o faturamento do setor caiu nas principais comparações: -5,2% em relação a maio, -9,4% sobre junho de 96, -9,0% no acumulado do ano -5,3% nos últimos 12 meses.

Entre um mês e outro, apenas três segmentos obtiveram aumento real de faturamento: *automóveis e motos, peças e acessórios* (7,3%); *farmácias, drogarias e perfumarias* (1,3%); e *material de construção* (0,6%). Na outra ponta, os recuos mais significativos foram para *super e hipermercados* (-12,5%); *móveis e eletrodomésticos* (-12,3%); *vestuário, calçados e tecidos* (-6,8%); e *lojas de departamentos* (-6,6%).

O nível de emprego fechou o mês com a quinta queda consecutiva, desde janeiro: -0,6% frente ao mês anterior. A redução de pessoal variou entre -0,1%, para *automóveis,*

motos, peças e acessórios, e -5,5%, em *móveis e eletrodomésticos*. Queda também foi apurada para o total de salários pagos, que encolheu 2,0% em relação a maio. As maiores reduções de pessoal ocorreram em *móveis e eletrodomésticos* (-12,9%) e *combustíveis e lubrificantes automotivos* (-12,0%).

Das sete atividades com redução real de faturamento entre maio e junho, as maiores taxas foram as de *super e hipermercados* (-12,5%); *móveis e eletrodomésticos* (-12,3%); *vestuário, calçados e tecidos* (-6,8%); e *lojas de departamentos* (-6,6%). Nestes resultados há um certo "efeito-base", uma vez que estes foram os segmentos que revelaram as maiores taxas de desempenho em maio, em razão da alta sensibilidade de suas vendas ao Dia das Mães.

Indústria mostra desempenho bastante favorável em junho

A atividade industrial apresentou evolução bastante favorável em junho. Em relação a maio, a produção cresceu 2,1%, na série com ajuste sazonal. Comparados a junho do ano passado, o aumento chegou aos 9,9%, maior taxa deste indicador desde maio de 95. Com isso, o acumulado do ano fecha com expansão de 5,9% no primeiro semestre, contra uma taxa de 5,0% apurada de janeiro a maio. A taxa anualizada também avançou, passando de 5,7% para 6,8%, entre maio e junho deste ano.



O bom desempenho do setor, particularmente no confronto com o mês anterior, surpreende porque se dá no momento em que há sinais de perda de dinamismo nos indicadores de consumo. A área de bens de capital foi a que mais cresceu, entre as categorias de uso: 13,5%. Com este acréscimo, a produção de máquinas e equipamentos atingiu em junho o seu mais elevado patamar desde agosto de 95. Vale observar que a recuperação deste segmento, ainda que centrada na retomada da produção de máquinas para a agricultura, está presente também em outros subsectores, como os de equipamentos para energia elétrica e equipamentos para o setor da construção.

Outra área com performance significativa, de um mês para o outro, é a de bens de consumo duráveis. Apoiado, fundamentalmente, nos bons índices do setor automobilístico, este segmento se recupera da queda de 11,7% registrada em maio, assinalando 9,4% de acréscimo no mês seguinte. Ainda na relação mês contra mês anterior, a categoria de bens de consumo não-duráveis cresceu 3,6% e a de bens intermediários, 1,1%.

Apesar do crescimento generalizado, os 9,9% assinalados no confronto junho97/junho96 estão fortemente influenciados por material de transporte (32,5%), metalúrgica (11,7%), química (7,1%) e mecânica (13,6%), ramos que responderam por 63% do acréscimo global do setor, no período.

Considerando as categorias de uso, ainda na comparação mensal, sobressaíram as áreas de bens de capital (17,4%) e de bens de consumo duráveis (19,6%). Com crescimento de 10,0%, bens intermediários situou-se ligeiramente acima da média global (9,9%), ficando o acréscimo mais moderado com bens de consumo não-duráveis (4,6%). No caso de bens de capital, além da manutenção do crescimento em equipamentos para agricultura (50,3%), destacam-se os segmentos de bens de capital para geração e distribuição de energia elétrica (53,2%) e para a construção (55,0%).

Após um primeiro trimestre de acomodação no patamar produtivo, a indústria apontou elevação no trimestre seguinte: 2,7% na série com ajuste sazonal. Este movimento atinge todas as categorias de uso mas, ao contrário do padrão anterior, não é liderado pela área de bens de consumo duráveis (2,4%). Agora, acima do ritmo de crescimento da indústria como um todo situam-se bens de capital (6,0%) e bens de consumo não-duráveis (4,9%). Bens intermediários (2,3%) vêm obtendo crescimento contínuo, mas moderado. A análise da atividade industrial, neste período, permite ainda ressaltar que, mesmo com a entrada na base de comparação de meses onde a produção foi ascendente (segundo trimestre de 96), os índices trimestrais evoluíram positivamente. De 4,8% no primeiro trimestre, em relação ao mesmo trimestre de 96, a indústria passa para um aumento de 6,8%, no período seguinte.

Entre um trimestre e outro, considerando-se as categorias de uso, a principal aceleração se dá em bens de capital (de 0,7% para 6,1%), seguida de bens de consumo não-duráveis (de -1,1% para 2,5%). A área de bens intermediários (de 6,0% para 7,3%) também acelera seu ritmo, enquanto os bens duráveis de consumo (de 13,9% para 13,3%) se mantiveram acima da média da indústria, mas com desaceleração do crescimento.

Em bases semestrais, na série livre de sazonalidade, constata-se que após três anos de Plano Real o patamar médio de produção está significativamente acima do observado no período imediatamente ao plano (primeiro semestre de 94). A indústria produziu mais 10,1%, tendo como área de maior expansão os bens de consumo duráveis (40,2%). Já em comparações com períodos mais recentes percebe-se uma desaceleração do crescimento, com o primeiro semestre deste ano praticamente igualando o patamar observado entre julho e dezembro do ano passado, sinalizando um quadro de estabilização.

Produção da indústria gaúcha cresce 20,5% em junho

A produção industrial cresceu em junho em oito das dez áreas pesquisadas pelo IBGE. No confronto com junho do ano passado, queda de atividade só foi constatada em Pernambuco (-0,6%) e Bahia (-3,8%). Contra uma taxa de 9,9% da média nacional, o Rio Grande do Sul apresentou expansão de 20,5%, mantendo a liderança do crescimento industrial. Com resultados significativos ficaram também a região Sul

(13,9%), Santa Catarina (12,0%) e São Paulo (11,3%). Já as indústrias de Minas Gerais (9,6%), Rio de Janeiro (7,1%), Paraná (4,5%) e Nordeste (2,9%) tiveram crescimento abaixo da média.

O aumento no ritmo de produção industrial ocorrido entre os dois primeiros trimestres deste ano é acompanhado também por oito das dez áreas investigadas. Os maiores avanços entre os dois períodos são registrados no Rio Grande do Sul, que passa de 10,1% para 14,9%, entre um trimestre e outro, e em São Paulo (de 4,3% para 7,5%). Apenas em Pernambuco (de 0,8% para -2,9%) e no Paraná (de 8,7% para 7,2%) há perda de ritmo na atividade fabril entre os dois períodos.

Em três anos de real, apenas Minas Gerais (15,5%) e Santa Catarina (18,1%) superam os 12,3% de crescimento da indústria brasileira. No Rio de Janeiro o aumento foi de 10,0%, em São Paulo de 9,7%, no Nordeste de 9,5%, no Sul de 9,3%, na Bahia de 6,9%, no Paraná de 4,9%, no Rio Grande do Sul de 4,1% e, em Pernambuco de 3,4%.

O fechamento do primeiro semestre confirma a liderança do Sul no desempenho industrial: Rio Grande do Sul (12,7%), Paraná (7,9%) e Santa Catarina (6,8%). São Paulo (6,0%) também superou a média brasileira, de 5,9%. Nos demais locais os resultados são os seguintes: Minas Gerais (5,2%), Rio de Janeiro (4,6%), Nordeste (1,9%), Pernambuco (-0,9%) e Bahia (-1,5%).

Setor industrial volta a contratar

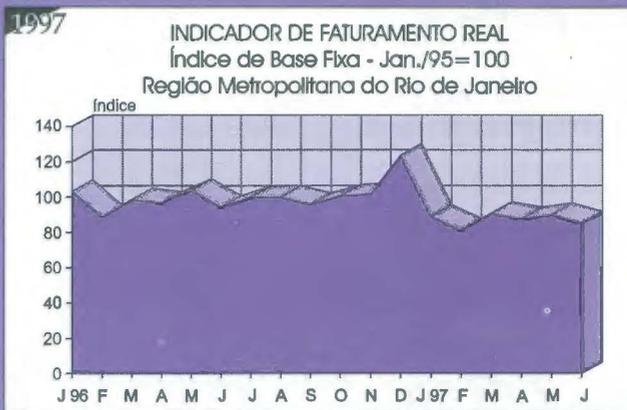
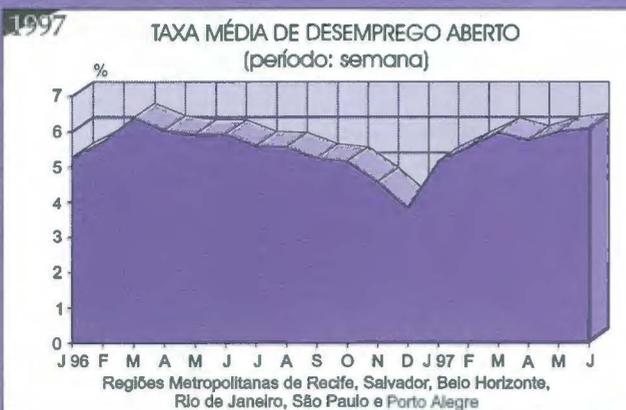
Após quatro meses consecutivos de queda, o nível de emprego industrial subiu 0,3% entre maio e junho. Em termos regionais, o número de trabalhadores aumentou no Rio de Janeiro (0,2%), Minas Gerais (0,2%), São Paulo (0,1%) e região Sul (0,1%). Por segmento industrial, as variações positivas mais importantes foram apuradas em minerais não-metálicos (1,8%), produtos alimentares (1,8%), couros e peles (1,4%) e diversas (1,4%).

Apesar desta recuperação entre um mês e outro, permanece o quadro de perdas expressivas, seja em relação a junho do ano passado (-5,3%), no acumulado do ano (-5,7%) ou em doze meses (-7,5%).

Tanto no comparativo mensal (junho deste ano contra junho de 96) quanto no semestral (contra igual período do ano anterior), as reduções aconteceram em todos os locais investigados. A mais intensa se deu no Rio de Janeiro: -10,5% para os dois indicadores. São Paulo vem a seguir, com -8,1% e -7,9%, respectivamente. No primeiro local, no confronto com junho/96, as indústrias que mais demitiram foram bebidas (-35,1%) e mecânica (-21,3%); no segundo, madeira (-13,4%) e têxtil (-13,2%).

A pesquisa realizada em junho revela forte descompasso entre o ritmo de crescimento do emprego e da produção industrial. Em três anos de Real, a produção aumentou 12,3%, enquanto a ocupação recuou 16,2%.

A massa de salários paga pelo setor caiu de maio para junho (-0,1%), em relação a junho/96 (-4,5%), no acumulado do ano (-5,4%) e em doze meses (-6,7%). Já o salário médio volta a recuar de maio para junho (-0,4%), mas permanece com taxas positivas frente a junho/96 (0,8%), no acumulado do ano (0,3%) e em doze meses (0,7%). Na vigência do real, o movimento decrescente do emprego fez com que o total de salários pagos se reduzisse em 4,1%. Ao contrário, o salário médio cresceu 13,3% nesses três anos.



INDICADORES CONJUNTURAIS	Período de Referência	Nível	Em relação ao período anterior (%)	Em relação ao mesmo período do ano anterior (%)
Produto Interno Bruto (índices trimestrais)				
Total (1980=100)	1997/II	144,06 (1)	3,29 (1)	4,96 (11)
Agropecuária (1980=100)	1997/II	168,69 (1)	2,50 (1)	5,51 (11)
Indústria (1980=100)	1997/II	122,21 (1)	4,08 (1)	6,95 (11)
Serviços (1980=100)	1997/II	162,38 (1)	2,86 (1)	3,06 (11)
Produção Agrícola (milhões de toneladas)				
Total de cereais, leguminosas e oleaginosas (2)	Junho/97	77,201	-	5,39
Produção Industrial (índices mensais)				
Total (média de 1991=100)	Junho/97	122,87	2,10 (1)	9,93
Bens de capital (média de 1991=100)	Junho/97	117,11	13,47 (1)	17,42
Bens intermediários (média de 1991=100)	Junho/97	120,72	1,12 (1)	10,01
Bens de consumo duráveis (média de 1991=100)	Junho/97	175,47	9,35 (1)	19,63
Bens de consumo não duráveis (média de 1991=100)	Junho/97	114,30	3,61 (1)	4,57
Comércio Varejista (índices mensais) (4)				
Faturamento (Jan/95=100) (5)	Junho/97	85,30	-5,21	-9,40
Emprego Assalariado (Jan/95=100)	Junho/97	86,88	-0,58	-4,28
Salários e outras remunerações (Jan/95=100) (6)	Junho/97	104,12	-1,96	-5,25
Mercado de Trabalho				
Taxa média de desemprego aberto (%) (6)	Junho/97	6,09	1,5	2,9
Rendimento médio real (Índice mensal, jul/94=100) (7)	Maiço/97	128,38	2,5	2,2
Empregados c/ carteira assinada	Maiço/97	118,95	2,1	1,9
Empregados s/ carteira assinada	Maiço/97	138,30	1,8	3,7
Conta-própria	Maiço/97	143,56	3,5	1,5
Emprego industrial (índice mensal, 1985=100) (8)	Maiço/97	68,60	-0,39	-5,70
Salário médio real na indústria (índice mensal, 1985=100) (9)	Maiço/97	120,85	-0,62	0,36
Preços				
Índice de preços ao consumidor - INPC (dez/93=100)	Julho/97	1414,19	0,18	4,85
Índice de preços ao consumidor amplo - IPCA (dez/93=100)	Julho/97	1422,06	0,22	6,08
Índice de preços ao consumidor amplo especial - IPCA-E	Abr/Maiço/Jun	-	1,74(10)	-
Custo médio da construção civil (R\$/m²)	Julho/97	339,75	0,04	4,37

NOTAS: (1) Série com ajuste sazonal. (2) Estimativa no mês de referência para a produção total esperada no ano em curso (caroço de algodão, soja, milho, trigo, arroz, feijão, amendoim, mamona, aveia, centeio, cevada, sorgo). (3) Variação em relação à produção obtida no ano anterior. (4) Resultados da Pesquisa Mensal de Comércio para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (5) Deflacionado pelo IPCA da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. (6) Taxa média de desemprego aberto (semanal), abrangendo regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. (7) Rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas, deflacionado pelo INPC. (8) Pessoal acupado na produção. (9) Deflacionado pelo INPC. (10) Variação acumulada no período de referência. O IPCA-E é divulgado ao final de cada trimestre. (11) Taxa acumulada no ano.

CON TA GEM

da
POPULAÇÃO

VOCÊ já viu aqui na Carta, nos jornais, nas revistas, nas rádios e na TV.

AGORA, no livro e no CD Rom, você tem muito mais informação sobre o último censo demográfico feito excepcionalmente pelo IBGE, no final do ano passado, para atender às demandas da sociedade por informações sempre atualizadas sobre a **POPULAÇÃO** e os **DOMICÍLIOS**.

E MAIS: textos de análise dos dados, a metodologia adotada na pesquisa, informações sobre os outros recenseamentos, gráficos e cartogramas.



LIVRO e CD ROM
R\$35,00



IBGE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES
Divisão de Comercialização
Rua General Canabarro, 706/ Bloco B - 2º andar
20271-201 - Maracanã, RJ
Tel.: (021)569-2043 Ramais: 118, 119 e 137 Fax/Tel.: (021)284-7690
Ligação Direta Gratuita: 0800-218181

ATENDIMENTO: 0800 218181



CARTA IBGE

publicação mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, produzida pela Coordenação-Geral de Comunicação Social
Av. Franklin Roosevelt, 168 - 9º andar
Rio de Janeiro/RJ
Tel.: (021) 220-0411 / Fax: (021)262-5429
Endereço na Internet: <http://www.ibge.gov.br>
E-mail: cartaibge@ibge.gov.br

Coordenador e editor responsável
Carlos Vieira (Reg. Prof. nº 18.508Mtb-RJ)

Editor associado
Adilson Ribeiro

Assistentes

Fátima Santos, Léa Agular, Regina MacCord e Sheila Riera

Programação Visual

Paulo Fernandes

Impressão e circulação

Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Tiragem: 27.000 exemplares

Carta IBGE é um projeto integrado do qual participam, ainda, a Diretoria de Pesquisas (Francisco Alchorne), a Diretoria de Geociências (Angelo Pavan) e o CDDI (Delfim Teixeira).

Nesta edição foram utilizados dados disponíveis até 22/08/97

Entregue aos Correios até o dia 17/09/97